



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF**

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

**REQUERIMENTO nº _____, DE 2018
(Da Sra. Erika Kokay)**

Requer a realização de audiência pública para debater medidas em estudo para a capitalização da Caixa Econômica Federal com recursos do FGTS.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts. 255 e 256, a realização de Audiência Pública por esta Comissão, com o objetivo de debater medidas em estudo para a capitalização da Caixa Econômica Federal com recursos do FGTS.

Para tanto, solicito que sejam convidados, em data a ser oportunamente agendada, as seguintes autoridades:

- 1) Ministro Benjamin Zylmer, do Tribunal de Contas da União;
- 2) Ana Paula Vescovi, Secretária do Tesouro Nacional e Presidente do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal;
- 3) Ilan Goldfajn, Presidente do Banco Central do Brasil;
- 4) Nelson Antônio de Souza, Presidente da Caixa Econômica Federal;
- 5) Ministro de Estado do Trabalho;
- 6) Maria Rita Serrano, representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal.
- 7) Jair Pedro Ferreira, Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (FENAE).

JUSTIFICAÇÃO

Em 5 de janeiro de 2018, entrou em vigor a Lei nº 13.590, que autoriza, até 31 de dezembro de 2018, a aplicação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), observado o limite agregado máximo



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF**

de R\$ 15 bilhões, em instrumento de dívida emitido pela Caixa Econômica Federal, cujas condições permitam seu enquadramento no nível 1 do Patrimônio de Referência, nos termos das normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Essa Lei objetiva permitir que recursos do FGTS sejam aplicados em operação de capitalização da Caixa, para que se adeque às normas do Acordo Basileia III quanto à composição de seu capital. Contudo, a proposta é extremamente controversa e chegou a ser anunciado que tal autorização não seria empregada pelo Governo. Na ocasião, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Benjamin Zymler anunciou que a corte analisaria a legalidade do empréstimo que, segundo ele, "envolveria elevados riscos para o FGTS".

Ademais, a operação estaria sendo questionada pelo Banco Central e pela Secretaria do Tesouro Nacional. Porém, em 12 de março de 2018, o ex-Presidente da Caixa, Gilberto Occhi, declarou que não estaria descartado o uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para esse fim.

Portanto, tal situação demanda uma ampla e aprofundada discussão por parte deste Colegiado, dada a natureza do FGTS e os riscos envolvidos para o patrimônio do/a trabalhador/a.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2018.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**